

A REFORMA E OS HISTORIADORES

*Alderí Souza de Matos**

RESUMO

A Reforma Protestante, movimento que completa o seu 5º centenário, tem sido objeto de intenso escrutínio por parte dos estudiosos. Esse interesse se deve à relevância do fenômeno e suas vastas consequências para o mundo moderno. Ao mesmo tempo, trata-se de um tema altamente controverso, no qual variam grandemente as perspectivas e interpretações. Inicialmente, este artigo faz algumas considerações historiográficas gerais, passando em seguida a abordar alguns tópicos que têm sido objeto de divergências e reconsiderações nas últimas décadas. São eles o caráter múltiplo da Reforma do século 16, suas fontes intelectuais, sua motivação prioritária e suas consequências. Por último, são feitas algumas considerações sobre o legado duradouro desse evento histórico iniciado há 500 anos.

PALAVRAS-CHAVE

Reforma Protestante; 500 anos da Reforma; Historiografia; Historiadores; Interpretações da Reforma.

INTRODUÇÃO

Como é natural, o transcurso do 5º centenário da Reforma Protestante tem suscitado um grande número de reflexões de natureza bíblica, teológica, litúrgica e pastoral. Embora essas perspectivas sejam altamente relevantes, as comemorações, por sua própria natureza, remetem em primeiro lugar ao aspecto histórico. É acima de tudo um evento ou conjunto de eventos – o início do movimento protestante – que está sendo lembrado. Ao mesmo tempo, o estudo

* Doutor em Teologia (Th.D.) pela Escola de Teologia da Universidade de Boston, professor de teologia histórica no CPAJ, historiador da Igreja Presbiteriana do Brasil.

do protestantismo emergente como fenômeno histórico levanta uma série de questões teóricas e metodológicas que precisam ser consideradas.

Desde o seu início, a Reforma tem sido objeto de diferentes interpretações e avaliações, dependendo da perspectiva do estudioso. Por muito tempo, as abordagens foram fortemente condicionadas por preocupações polêmicas e apologéticas de protestantes e católicos, ou mesmo dos diferentes grupos evangélicos. A partir do século 18, com o desenvolvimento da história em bases científicas, surgiu um tratamento mais objetivo e menos partidário do tema. Porém, dada a imensa complexidade da Reforma em suas múltiplas dimensões – religiosa, teológica, política, social – multiplicaram-se grandemente as interpretações de suas origens, natureza e significado.

Este artigo considera inicialmente alguns aspectos historiográficos gerais para então se concentrar nas maneiras pelas quais a Reforma tem sido avaliada por diferentes historiadores recentes, religiosos e seculares, progressistas e conservadores. Vale lembrar que, ao lado das inevitáveis diferenças de perspectiva, as extensas pesquisas das últimas décadas também têm resultado em alguns consensos importantes e valiosos no que diz respeito a muitos aspectos da Reforma. No final, são feitas algumas considerações sobre a relevância atual da obra dos reformadores.

1. QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

James Bradley e Richard Muller observam que “antes de meados do século 18, o estudo da história da igreja era acrítico; ela era quase invariavelmente escrita desde uma perspectiva confessional, sendo qualquer coisa menos desinteressada”.¹ Dois exemplos clássicos são encontrados no próprio século 16. Um deles são as famosas *Centúrias de Magdeburgo* (1559-1574), escritas por um grupo de estudiosos liderados por Matias Flacius Illyricus. Essa história da igreja produzida sob o ponto de vista luterano procurou demonstrar que o luteranismo era uma afirmação do que havia de melhor na antiga tradição cristã. Em resposta, o erudito católico César Barônio publicou seus igualmente volumosos *Anais Eclesiásticos* (1588-1607), argumentando em favor da continuidade entre o catolicismo do século 16 e os primeiros séculos da era cristã.²

Em meados do século 18, na esteira do Iluminismo e em certa medida do Pietismo, duas mudanças básicas de perspectiva foram essenciais para o surgimento da historiografia crítica: maior preocupação científica com a análise de documentos originais e liberdade para interpretar as fontes de maneira mais isenta e objetiva. Surgiu assim uma importante linhagem de historiadores em moldes científicos, todos eles alemães, a começar de Johann Lorenz von

¹ BRADLEY, James E.; MULLER, Richard A. *Church history: An introduction to research, reference works, and methods*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1995, p. 11. Minha tradução.

² GONZÁLEZ, Justo L. *The changing shape of church history*. Saint Louis, MO: Chalice Press, 2002, p. 133-136.

Mosheim (1694-1755), considerado “o pai da história da igreja”. Vieram a seguir, sob a influência do movimento romântico, Gottfried Herder (1744-1803), August Neander (1789-1850) e Friedrich Tholuck (1799-1877). Nos Estados Unidos, um personagem muito influente foi Philip Schaff (1819-1893), considerado o pai da história da igreja americana. Todos eles se preocuparam com a objetividade no estudo histórico, com dados factuais e com a dedução de leis gerais de desenvolvimento histórico.³

Ao longo da primeira metade do século 20 ocorreu uma oscilação nesse último tópico, alguns historiadores questionando e outros defendendo a importância da busca de significado na história da igreja e a possibilidade de uma visão objetiva do passado. As décadas mais recentes, posteriores a 1950, testemunharam vários desdobramentos historiográficos importantes, como o surgimento do interesse pela participação histórica das mulheres e de grupos minoritários; a chamada “nova história”, com seu apelo às ciências sociais; a ênfase na micro-história, com sua concentração em tópicos extremamente delimitados, e o enfoque mais colaborativo e interdisciplinar. Bradley e Muller defendem que o alvo do historiador deve ser a reintegração das partes analisadas separadamente em um todo maior, de âmbito mais geral.⁴

Uma questão permanentemente debatida tem a ver com a objetividade no estudo da história. Nos séculos 19 e 20 esse interesse se tornou o principal critério de avaliação nas ciências históricas, conforme exemplificado por estudiosos como Leopold von Ranke e Adolf von Harnack. Dizia-se que “a principal tarefa da história era apresentar os eventos como eles aconteceram e até mesmo lê-los com tamanha objetividade que o historiador os entendia melhor do que aqueles que os vivenciaram”.⁵ Todavia, o que se constatou é que nenhum historiador é totalmente isento, mas transfere para o seu trabalho suas preferências, pressuposições e compromissos filosóficos. Para muitos estudiosos, essa ânsia pela objetividade é na verdade algo indesejável. O pesquisador mexicano Carlos Rojas considera o mito da objetividade e da neutralidade um “pecado capital” dos historiadores não críticos.⁶ Um simpatizante do pensamento marxista, ele acredita que é impossível conceber-se uma história na qual o estudioso não se envolva de algum modo, mantendo total desinteresse e indiferença.⁷

Essas considerações têm evidente relevância para os estudos históricos sobre a Reforma Protestante. Essa história só poderá ser entendida adequadamente mediante o estudo criterioso das fontes documentais primárias e

³ BRADLEY e MULLER, *Church history*, p. 13-20.

⁴ *Ibid.*, p. 25.

⁵ GONZÁLEZ, *The changing shape*, p. 139. Minha tradução.

⁶ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Antimanual do mau historiador*. Ou como se fazer uma boa história crítica? Londrina, PR: Eduel, 2007, p. 29.

⁷ *Ibid.*, p. 30.

secundárias. Essa história precisará deter-se nos aspectos pontuais, tais como personagens e eventos, e ao mesmo tempo relacioná-los com o quadro mais amplo, o contexto religioso-político-social da Europa quinhentista. Essa história deve buscar a objetividade e a serenidade na análise dos dados, sem deixar de lado a simpatia pelo assunto, o envolvimento pessoal com os temas sob estudo. Para os cristãos que creem na ação providencial de Deus, ela também inclui a busca de significados maiores, muitas vezes não inteiramente óbvios, que trazem lições para a contemporaneidade.

2. ABORDAGENS DOS HISTORIADORES

São muitos os estudiosos que se têm debruçado sobre o estudo histórico da Reforma, quer como pesquisadores da história da igreja em geral, quer como especialistas sobre os próprios fenômenos do século 16. Entre os primeiros, são mais conhecidos nos círculos protestantes indivíduos como Williston Walker, Kenneth S. Latourette, Owen Chadwick, Earle E. Cairns e Howard Clark Kee; entre os últimos, Thomas M. Lindsay, John T. McNeill, James Hastings Nichols, Roland Bainton, Harold J. Grimm e muitos outros.⁸ Todavia, o objetivo deste artigo é considerar as abordagens e interpretações sobre a Reforma fornecidas por uma geração mais recente de historiadores de diferentes persuasões. Trata-se de uma lista seletiva e exemplificativa, visto ser impossível considerar todos os autores que têm se dedicado ao tema. O objetivo é fornecer um panorama dos principais interesses e enfoques que os estudiosos da Reforma têm demonstrado na atualidade.

2.1 *Pluralidade de reformas*

Até algum tempo atrás, falava-se sempre em “Reforma do século 16”, no singular, como se ela fosse um movimento monolítico e uniforme. Além disso, o termo era aplicado quase que exclusivamente às igrejas protestantes, à exclusão da Igreja Católica Romana. Hoje é lugar comum na historiografia falar-se nas “reformas” ocorridas naquele período. Isso pode ser percebido, por exemplo, em textos do luterano Carter Lindberg, professor emérito de história da igreja na Escola de Teologia de Universidade de Boston, como o conjunto de ensaios “A Idade Média tardia e as reformas do século 16”⁹ e o importante livro *As Reformas na Europa*.¹⁰

⁸ A mais antiga história da Reforma publicada continuamente no Brasil até o presente é *História da Reforma do Décimo Sexto Século*, do pastor protestante suíço Jean-Henri Merle D’Aubigné (1794-1872). O primeiro a traduzir essa obra para o português foi o escritor Júlio Ribeiro.

⁹ Parte III de: KEE, Howard Clark et al. *Christianity: A social and cultural history*. Nova York: Macmillan; Toronto: Collier Macmillan, 1991.

¹⁰ LINDBERG, Carter. *As reformas na Europa*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2001. Outra ocorrência do conceito pode ser encontrada em: DOWLEY, Tim (Org.). *História do cristianismo: Guia ilustrado*. Venda Nova, Portugal: Bertrand, 1995, p. 410.

Essa ênfase significou uma valorização de dois grupos em particular – os anabatistas e os católicos romanos. Por muito tempo, a chamada “reforma magisterial”, ou seja, o luteranismo, a reforma suíça e o anglicanismo, recebeu todas as atenções. Trata-se dos grupos protestantes originais que receberam forte apoio e envolvimento dos magistrados, as autoridades civis. A “reforma radical”, representada principalmente pelos anabatistas, era o “primo pobre” do século 16, ocupando um lugar periférico nos estudos sobre a Reforma Protestante. Hoje, esse movimento recebe grande atenção dos pesquisadores, que reconhecem sua importância, originalidade e contribuições.

Quanto à Igreja Romana, tradicionalmente se falava apenas em “Contrarreforma”, algo que incluía a Inquisição, a ação dos jesuítas e as guerras religiosas. Sem deixar de reconhecer esse fenômeno de grandes consequências, a maior parte dos autores atuais argumenta que também houve uma verdadeira “Reforma Católica”, certamente diferente do que ocorreu no âmbito do protestantismo, porém ainda assim um conjunto de esforços que revelaram genuíno interesse em corrigir antigos males e aperfeiçoar o arcabouço doutrinário dessa igreja. A principal expressão dessa reforma católica foi o Concílio de Trento (1545-1563).

2.2 *As origens da Reforma*

Tradicionalmente, as fontes do movimento protestante e do pensamento dos reformadores sempre foram associadas com a Bíblia e com o período patristico, notadamente o pensamento amadurecido do grande bispo e teólogo Agostinho de Hipona. Era como se os reformadores do século 16 tivessem se reportado somente ao cristianismo antigo, não tendo recebido nenhuma influência do seu próprio tempo ou dos séculos imediatamente anteriores. Hoje se reconhece que as origens da Reforma também devem ser buscadas no escolasticismo do final da Idade Média e no humanismo renascentista. Um dos autores que trabalham essa questão é o historiador e teólogo irlandês Alister McGrath, em seus livros *Origens Intelectuais da Reforma* e *O Pensamento da Reforma*.¹¹

Apesar de sua imagem negativa, o escolasticismo foi um importante esforço no sentido de justificar racionalmente as crenças cristãs por meio da reflexão filosófica, e apresentá-las de modo sistemático, formando um sistema intelectual abrangente e integrado. Foi, assim, um modo particular de articular e estruturar a teologia. A chamada escolástica teve duas fases, a primeira dominada pelo “realismo” (c.1200-c.1350) e a segunda pelo “nominalismo” (c.1350-c.1500), posições opostas no que diz respeito à existência concreta dos conceitos universais. O escolasticismo do tipo realista teve duas manifestações,

¹¹ MCGRATH, Alister E. *Origens intelectuais da Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007; *O pensamento da Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

o tomismo (de Tomás de Aquino) e o scotismo (de Duns Scotus), os quais não exerceram maior influência sobre a Reforma. A vertente nominalista também se dividiu em duas alas, a *via moderna* e a *schola augustiniana moderna*, sendo a primeira de tendência pelagiana e a segunda alinhada com a teologia de Agostinho e sua ênfase na plena soberania de Deus na salvação. Esta última teve um impacto considerável no pensamento de Lutero.

Quanto ao humanismo, McGrath observa: “Dos muitos afluentes intelectuais e culturais que contribuíram para o fluxo da Reforma, provavelmente o mais importante foi o humanismo renascentista”.¹² Os humanistas, ou seja, os intelectuais do Renascimento, eram indivíduos religiosos e se interessavam pela renovação da igreja. Seu famoso lema *Ad fontes* – “de volta às origens” – dirigiu suas atenções não somente para os textos da antiguidade clássica de um modo geral, mas para uma obra em particular, a Bíblia, vista como o instrumento para dinamizar e revitalizar o cristianismo da época. Quem mais insistiu nisso foi o holandês Erasmo de Roterdã, o “príncipe dos humanistas”, em seu livro *Enchiridion militis christiani* (“Manual do soldado cristão”), no qual exaltou o papel dos leigos e seu direito de amplo acesso à Escritura. Ele também foi responsável por uma edição do Novo Testamento em grego e latim (1516), que causou profundo impacto na época, em parte pelo fato de apontar alguns erros de tradução na Vulgata de Jerônimo. McGrath argumenta que a influência do humanismo foi muito maior na Reforma suíça do que na alemã.¹³ Alguns autores, como Pierre Chaunu e Steven Ozment, colocam as reformas do século 16 num contexto mais amplo de reformas que vinham ocorrendo desde o século 13.¹⁴

2.3 A motivação primária

Uma questão constantemente discutida com relação à Reforma diz respeito à sua natureza primordial. Historiadores com viés marxista tendem a ignorar ou minimizar o aspecto religioso, não somente no que diz respeito à Reforma, mas a qualquer outro fenômeno histórico. Para eles, indo contra tantas evidências factuais, a religiosidade é uma questão subalterna, decorrente de outros fatores de maior relevância histórica. Carlos Rojas, ao defender a importância de uma história total, afirma que “é igualmente relevante estudar o cultural, o social, o econômico, ou o político, o psicológico, o geográfico, etc.”,¹⁵ deixando, caracteristicamente, de mencionar o elemento religioso.

¹² MCGRATH, *O pensamento da Reforma*, p. 54.

¹³ *Ibid.*, p. 73-75.

¹⁴ CHAUNU, Pierre. *O tempo das reformas (1250-1550)*. 2 vols. Lisboa: Edições 70, 1993 (1975). OZMENT, Steven. *The Age of Reform 1250-1550: An intellectual and religious history of late medieval and Reformation Europe*. New Haven, CT: Yale University Press, 1980.

¹⁵ ROJAS, *Antimanual do mau historiador*, p. 95.

Todavia, existem aqueles que, mesmo reconhecendo a preponderância do fator religioso na Reforma, nutrem uma desconfiança em relação ao mesmo. Daí a advertência do ilustre historiador e teólogo holandês Heiko Oberman, que lecionou nas universidades de Harvard, Tübingen e Arizona. Ele argumentou que os estudiosos da Reforma devem resistir a algumas tendências modernas. Uma delas é a atitude daqueles que, movidos por intenções ecumênicas, atribuem a divisão da cristandade ocidental a disputas dogmáticas vistas como “equívocos”. Oberman observa que qualquer aproximação ecumênica feita dessa maneira só poderá ocorrer “se a doutrina da justificação, central para a Reforma, for truncada para se encaixar nos pronunciamentos do Concílio de Trento ou reformulada em termos de ser a precursora da ‘autorrealização’ psicológica”. Ele conclui: “Em qualquer caso, o preço é exorbitante: a própria doutrina da justificação”.¹⁶ Esse é, por exemplo, um dos problemas com a chamada “nova perspectiva sobre Paulo”, que considera inadequado o entendimento luterano e calvinista clássico acerca da justificação pela fé somente.

De modo menos otimista, o autor Euan Cameron avalia que a Reforma foi a primeira ideologia de massa dos tempos modernos. Todavia, ele reconhece o primado do elemento religioso e doutrinário ao afirmar:

A qualidade singular da Reforma Protestante consiste no fato de que ela tomou uma única ideia essencial; apresentou essa ideia a todos e incentivou a discussão pública; então deduziu dessa ideia o restante das mudanças no ensino e no culto; finalmente, desmontou todo o tecido da igreja institucional e construiu novamente a partir da estaca zero, incluindo somente o que era consistente com a mensagem religiosa básica, e exigido por ela.¹⁷

Muitos historiadores contemporâneos negam que a Reforma tenha resultado de uma suposta corrupção católica. O historiador Patrick Collinson, professor emérito de história moderna na Universidade de Cambridge, observa: “Explicações da Reforma em termos de decadência, irreligião e corrupção são as mais tradicionais e ainda infestam manuais medíocres”.¹⁸ Diarmaid MacCulloch, professor de história da igreja na Universidade de Oxford, acrescenta:

¹⁶ OBERMAN, Heiko A. *The Reformation: roots and ramifications*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1994, p. xii. Minha tradução.

¹⁷ CAMERON, Euan. *The European reformation*. New York: Oxford University Press, 1991, p. 422. Minha tradução.

¹⁸ COLLINSON, Patrick. The late medieval church and its reformation: 1400-1600. In: MCMANNERS, John (Org.). *The Oxford Illustrated History of Christianity*. Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 246. Minha tradução.

Uma conclusão a ser tirada do acúmulo das pesquisas recentes sobre a Igreja Latina antes da convulsão é que ela não era tão corrupta e ineficaz como os protestantes tendem a retratá-la, e que ela em geral satisfazia as necessidades espirituais das pessoas do final do período medieval.¹⁹

Ao mesmo tempo, esses autores reconhecem o tremendo apelo popular que as ideias religiosas da Reforma exerceram no século 16. Falando sobre o extraordinário crescimento do protestantismo na França, Collinson observa que em 1560 mais da metade da nobreza era protestante e com ela grande parte da nação. Esse fenômeno resultou de milhares de decisões pessoais de abraçar o evangelho, tão pessoais como a constatação da esposa de um comerciante de Lião “de que ela encontrava mais satisfação espiritual ao ler a sua Bíblia e ao ouvir pregadores calvinistas do que nas ministrações do sacerdote a quem devia confessar”.²⁰ Collinson observa que na França, na Inglaterra e na Holanda, centenas de pessoas comuns, de ambos os sexos, se dispuseram a ser queimadas vivas por suas novas convicções protestantes, e conclui que a Reforma “foi feita na sociedade, e não imposta sobre ela”.²¹

2.4 As consequências da Reforma

A questão dos efeitos da Reforma ou da sua influência sobre a sociedade e a cultura nos séculos posteriores, o chamado mundo moderno, é outro tema altamente debatido nos estudos históricos. As opiniões acerca do assunto abrangem um espectro de grande amplitude, desde aqueles que, de modo ufanista, atribuem ao movimento protestante um conjunto estupendo de legados para o mundo ocidental, até os que questionam ou relativizam tais contribuições. Um exemplo dessa última atitude é o livro *Reforma: o Cristianismo e o Mundo 1500-2000*, de Felipe Fernández-Armesto e Derek Wilson, autores que se identificam respectivamente como “um católico romano, com tentações tridentinas às quais resiste nostalgicamente” e um “evangélico protestante, com tendências carismáticas cultivadas parcimoniosamente”.²² Esses autores opinam que as mudanças comumente atribuídas à Reforma parecem menos convincentes com o passar do tempo e que “é difícil resistir à impressão de que um preconceito favorável ao protestantismo influenciou a forma pela qual alguns efeitos de grande alcance foram atribuídos a ele”.²³

¹⁹ MACCULLOCH, Diarmaid. *The Reformation*. Nova York: Penguin, 2004, p. xx. Minha tradução.

²⁰ COLLINSON, The late medieval church and its reformation, p. 245. Minha tradução.

²¹ Ibid. Minha tradução.

²² FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe; WILSON, Derek. *Reforma: o cristianismo e o mundo 1500-2000*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 12.

²³ Ibid., p. 372, 376. Ao mesmo tempo, o livro procura transmitir uma visão quase benigna da Inquisição (p. 384).

Poder-se-ia argumentar que a recíproca é inteiramente verdadeira: o preconceito contra o protestantismo também pode contribuir para minimizar ou relativizar as consequências muitas vezes atribuídas ao movimento. Entre os efeitos questionados por esses dois autores estão o individualismo, a ascensão do capitalismo, o declínio da magia, a revolução científica, o sonho americano e as liberdades civis. Tudo isso é intrigante diante do fato de que uma das propostas do livro é conclamar católicos e protestantes a se unirem na luta contra o secularismo.²⁴

Outro autor que não tem simpatias pelas contribuições do protestantismo é o historiador galês Christopher Dawson (1889-1970), educado como anglicano e convertido ao catolicismo. O título de um de seus livros, *A Divisão da Cristandade*, expressa fielmente a sua posição. Para ele, a Reforma, acima de qualquer outra consideração, provocou a ruptura da unidade cristã e os efeitos foram catastróficos. Diz ele:

Ao longo de três séculos, o abismo entre o mundo católico e o protestante persistiu e cresceu cada vez mais com o passar do tempo. E foi esse cisma cultural e político, bem como religioso e eclesiástico, que, em última análise, foi o responsável pela secularização da cultura ocidental.²⁵

Uma atitude semelhante é demonstrada por Diarmaid MacCulloch, que, embora não seja um protestante praticante, diz reter uma cordial simpatia pelo anglicanismo no que ele tem de melhor. Para ele, no século 16 a “sociedade ocidental, previamente unificada pela liderança simbólica do papa e pela posse de uma cultura latina comum, foi dilacerada por profundos desentendimentos sobre como os seres humanos devem exercer o poder de Deus no mundo, discussões até mesmo sobre o que significava ser humano”.²⁶

Uma das obras mais influentes sobre os primórdios da Reforma foi publicada em 1928 pelo historiador francês Lucien Febvre (1878-1956), um dos fundadores da Escola dos Annales e precursor da chamada Nova História. Sua magistral biografia de Lutero, calcada em vasta pesquisa documental, contempla em especial os anos de 1517 a 1525 da vida desse “profeta inspirado”. O autor chega a conclusões sombrias: para ele, o reformador alemão fracassou e seu destino foi trágico. Em sua avaliação, quando Lutero, no final da vida, “lançava

²⁴ Nos anos 60, no contexto do Concílio Vaticano II, autores católicos publicaram avaliações mais positivas da Reforma. Por exemplo: DANIEL-ROPS, Henri. *A igreja da Renascença e da Reforma*. São Paulo: Quadrante, 1996 (1961); DOLAN, John P. *History of the Reformation: a conciliatory assessment of opposite views*. Nova York: Desclee, 1965.

²⁵ DAWSON, Christopher. *A divisão da cristandade: da Reforma Protestante à era do Iluminismo*. São Paulo: É Realizações, 2014, p. 194.

²⁶ MACCULLOCH, Diarmaid. *The Reformation*. Nova York: Penguin, 2004, p. xix.

o olhar em volta de si, via no solo mais ruínas que construções”.²⁷ Ele sacudiu o jugo do papa, mas colocou em seu lugar o jugo ainda mais opressor do Estado.

3. O LEGADO DA REFORMA

Como se pode observar, o juízo dos historiadores seculares, católicos e até mesmo de muitos protestantes sobre a Reforma Protestante pode ser bastante severo. No entanto, alguns estudiosos procuram destacar diversos legados construtivos, como é o caso de Alister McGrath. Falando sobre o impacto da Reforma na história, ele arrola os seguintes fatores: uma atitude positiva em relação ao mundo, a ética protestante do trabalho, sua influência sobre o capitalismo, as mudanças políticas, sua conexão com o surgimento das ciências naturais.²⁸ No final do seu livro sobre as reformas na Europa, Carter Lindberg afirma que “os legados das Reformas afetaram cada aspecto da vida e do pensamento modernos”.²⁹ Ele menciona, entre outras, as seguintes áreas que foram atingidas: política, cultura, mulheres, tolerância, economia, educação, ciência, literatura e artes. O historiador Patrick Collinson observa: “É inevitável que uma coisa tão ampla como a Reforma tenha sido considerada causa de muitas coisas... é possível considerá-la causa de quase tudo o que quisermos”.³⁰

É preciso lembrar que, sendo a Reforma acima de tudo um movimento de natureza religiosa e doutrinária, o seu maior legado se deu nessa área. O eminente historiador Owen Chadwick, falecido em 2015, observou: “Depois de Lutero, não era possível, seja aos protestantes ou aos católicos, imitar algumas das velhas maneiras de negligenciar a graça e a soberania de Deus. Na medida em que o Protesto consistiu no brado de Lutero de que a salvação não era por meio do ritual... o Protesto foi triunfante”.³¹ Mais concretamente, Lutero insistiu no fato de que o ser humano só pode ser salvo pela graça de Deus, e não por qualquer mérito, virtude ou esforço pessoal. Somente pela fé, ela mesma também uma dádiva divina, podemos nos apropriar do que Cristo fez por nós. Collinson observa: “A doutrina de Lutero de que o homem é redimido exclusivamente por meio da fé libertava o homem da moralidade, mas também *para* a moralidade”. E conclui: “Aí se encontra a diferença essencial entre o que se tornaria o Protestantismo e o Catolicismo, tal como este foi reconstituído no Concílio de Trento”.³²

²⁷ FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. Porto Codex, Portugal: Edições Asa, 1994, p. 264.

²⁸ MCGRATH, *O pensamento da Reforma*, p. 286-300.

²⁹ LINDBERG, *As reformas na Europa*, p. 423.

³⁰ COLLINSON, Patrick. *A Reforma*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006, p. 229-230.

³¹ CHADWICK, Owen. *The Reformation*. The Pelican History of the Church. Londres: Penguin, 1988, p. 444.

³² COLLINSON, *A Reforma*, p. 75. Minha tradução.

O historiador norte-americano Mark Noll, depois de reconhecer deficiências na Reforma e na personalidade de Lutero, argumenta que a concepção do reformador acerca de Deus deixou marcas profundas na história cristã. Ele se refere especificamente à chamada “teologia da cruz”, já presente nas teses 92-95 de 1517.³³ Para Lutero, encontrar a Deus era encontrar a cruz. “O cristianismo torna-se uma realidade nas vidas humanas quando homens e mulheres participam da morte de Cristo ao experimentarem a destruição de suas próprias pretensões quando estão *coram Deo* (na própria presença de Deus)”.³⁴ O reformador contrastou essa atitude com a “teologia da glória”, que leva os seres humanos a confiarem em si mesmos, na sua própria percepção acerca de Deus e do mundo. Aquele que deseja encontrar a Deus tem de olhar para o Calvário, onde Deus se revelou plenamente. Nas palavras de Noll: “A cruz mostra o Criador, o Deus majestoso e todo-poderoso sofrendo – e sofrendo *por nós*. Lutero até mesmo podia dizer que a cruz nos mostra o terrível mistério de Deus experimentando a morte por nós”.³⁵

CONCLUSÃO

Os exemplos arrolados neste artigo mostram o quanto os compromissos prévios dos historiadores afetam a maneira como interpretam a história da Reforma. Assim como alguns deles, principalmente secularistas e católicos romanos, tendem a relativizar a importância desse movimento, os evangélicos (no sentido original da palavra) se sentem no dever de apontar os elementos apreciáveis e construtivos dessa história. Eles não se recusam a admitir que a Reforma teve suas falhas. O protestantismo gerou uma grande cisão no mundo cristão e muitas vezes atribuiu importância excessiva aos governantes civis, praticou ações intolerantes, envolveu-se em guerras, não soube manter a sua própria unidade interna. Assim, os 500 anos, longe de serem uma ocasião para celebrações ufanistas, devem ser um convite para a reflexão, para a reafirmação de princípios, para a gratidão a Deus pela longa caminhada desse movimento, que, apesar dos percalços, têm produzido frutos extraordinários na vida da igreja e do mundo.

Fazendo uma avaliação final da Reforma e suas vicissitudes, MacCulloch fala pelos seus contemporâneos secularizados do início do século 21 ao declarar: “Nós não temos o direito de adotar uma atitude de superioridade intelectual ou emocional, especialmente à luz das atrocidades que a Europa do século 20

³³ NOLL, Mark A. *Momentos decisivos na história do cristianismo*. Trad. Alderi S. Matos. São Paulo: Cultura Cristã, 2000, p. 170-173.

³⁴ *Ibid.*, p. 174.

³⁵ *Ibid.*, p. 176. Ver também: MCGRATH, Alister E. *Lutero e a teologia da cruz: a ruptura teológica de Martinho Lutero*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

produziu por causa de sua fé em ideologias mais novas, seculares”.³⁶ A reforma do século 16 não deve ser julgada pelos excessos de alguns de seus personagens e movimentos, em grande medida próprios de sua época, mas pela relevância das ideias e perspectivas da vida que ela promoveu, principalmente acerca do relacionamento das pessoas com Deus, e também em muitas outras áreas da experiência humana sobre a terra. Nestes 500 anos, pode-se dizer que o seu legado é profundo, rico e duradouro.

ABSTRACT

The Protestant Reformation, a movement that commemorates its fifth centennial, has been the object of intense investigation by many scholars. This interest on the topic is due to the relevance of the Reformation and its vast consequences for the modern world. At the same time, it is a highly controversial subject, with a wide variety of perspectives and interpretations. Initially, this article makes some general historiographical considerations about the Reformation. Then it addresses several aspects that have given occasion to disagreements and reappraisals in the last decades. They are the multiple character of the Reformation, its intellectual sources, its primary motivations, and its consequences. Finally, the author makes some considerations about the lasting legacy of the Reformation.

KEYWORDS

Protestant Reformation; 500th anniversary of the Reformation; Historiography; Historians; Interpretations of the Reformation.

³⁶ MACCULLOCH, *The Reformation*, p. 683.